

“Mas o que foi nunca mais será”: Intervenções urbana e cultural no Cais Mauá de Porto Alegre

Avance de investigación em curso

GT 02- Ciudades Latinoamericanas en el nuevo milênio

Carla Betania Reiher

Resumo

O presente estudo insere-se nas análises sobre as políticas de intervenção urbana e cultural, tendo como recorte empírico a realização de uma pesquisa sobre o projeto de “revitalização” do Cais Mauá, área portuária junto ao Centro Histórico de Porto Alegre. O projeto de “revitalização” tem como principal objetivo dar novos usos para esta área e integrá-la as demais políticas patrimoniais em curso para o sítio histórico da cidade. Algumas das construções do Cais fazem parte do arcabouço de bens patrimoniados e as transformações do espaço que virão a ocorrer, assenta este na rota de turismo e consumo cultural. Esta pesquisa pretende examinar as relações e reapropriações do Cais “revitalizado” com os grupos sociais que dele fazem parte neste processo.

Palavras-chave: Políticas de patrimônio; intervenção urbana e cultural; Cais Mauá.

O presente estudo realiza análises sobre as políticas de “revitalização” e intervenção urbana e cultural, tendo como objetivo geral compreender o processo de tais intervenções. Apresenta como recorte empírico a realização de uma pesquisa sobre a “revitalização” do Cais Mauá, área portuária localizada no centro da capital do Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre.

O projeto de “revitalização” do Cais Mauá, nominado de “Um Porto Alegre”, se enquadra dentro dos processos de intervenção em curso no país, e apresenta como objetivos a “revitalização” para fins empresariais, de turismo, de lazer e culturais. Deste modo, idealiza tornar tal espaço passível de reapropriação por parte dos porto-alegrenses, como também inseri-lo no contexto de consumo cultural pelos próprios sujeitos locais, ou ainda, por turistas, tendo em vista que tal intervenção faz parte dos projetos de infraestrutura do setor de turismo da capital gaúcha voltados para atender a demanda que o Mundial de 2014 proporcionará no estado. Pois a Copa do Mundo de 2014 a realizar-se no Brasil, tem Porto Alegre como uma das cidades sede dos jogos e, para atender a demanda de turistas que chegarão a capital gaúcha, a primeira etapa da “revitalização” do Cais Mauá será entregue para o evento.

Desta forma os bens patrimoniados, como o pórtico central e armazéns, juntamente com transformações do espaço que virão a ocorrer, assenta o Cais “revitalizado” na rota de turismo e consumo cultural. Segundo Leite (2008) compreende-se por consumo cultural, a perspectiva de consumo onde o valor simbólico esta acima dos valores de uso e de troca, ou seja, os valores de uso e de troca encontram-se subordinados a dimensão simbólica.

Os estudos sobre as intervenções urbanas e culturais encontram-se em crescente interesse pelas Ciências Sociais nas últimas décadas, adotando a concepção que há uma necessidade de analisar as cidades para que possamos compreender melhor o tecido social, tendo em vista que tais políticas implicam construções ideológicas ou representações de determinados segmentos da sociedade (Canclini, 1997). Conforme salienta Carlos Fortuna a cidade pode equivaler-se a sociedade, pois é “da cidade e da cultura urbana que irradiam as diferentes forças que mantêm, reproduzem e complexificam a sociedade no seu todo” (FORTUNA, 2009, p. 1).

O Cais Mauá está localizado junto ao Centro Histórico de Porto Alegre, e inclui-se em uma política de intervenção mais ampla, pois o atual projeto de “revitalização”, que tem como principal objetivo dar novos usos para esta área obsoleta, integra-se as demais políticas patrimoniais para o sítio histórico. O Centro Histórico de Porto Alegre é alvo de dois programas de intervenção. Um é o Projeto Viva o Centro, amparado pelo governo federal através do Ministério das Cidades, onde o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, com a premissa de promover a habitação social, apoiou a formulação do Plano Estratégico de Reabilitação Central, competência do Projeto Viva o Centro que tem gestão municipal. Outro é o Projeto Monumenta do Ministério da Cultura, que tem amparo internacional através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e da UNESCO, tendo como premissa a recuperação e preservação de bens patrimoniados pelo IPHAN, articulando desenvolvimento social e econômico. Desta forma, este estudo procura investigar e analisar esta política de intervenção, no que tange especificamente a “revitalização” desta área portuária, inserida no Centro Histórico da capital, procura, assim, absorver as singularidades deste processo e projeto, possibilitando no futuro compará-lo com as principais intervenções ocorridas na Brasil e exterior.

O presente estudo insere-se em uma problemática mais geral sobre as políticas de intervenção urbana e cultural de áreas degradadas fisicamente e subutilizadas, que nesta pesquisa toma-se como objeto de análise a “revitalização” do Cais Mauá, área portuária situada no Centro Histórico de Porto Alegre. O projeto de “revitalização” nominado “Um Porto Alegre” será executado pelo Consórcio Cais Mauá, vencedor da licitação 001/2012 do Estado do Rio Grande do Sul, resultando em parceria público-privado, pois a área portuária em questão é cedida pelo Estado ao consórcio vencedor através de contrato de arrendamento para que seja por este “revitalizada” e gerida. Privilegia-se assim neste estudo as análises sobre o processo de intervenção urbana e cultural que está sendo implementado nesta área portuária em questão, que por sua vez integra o sítio histórico da capital gaúcha, fazendo parte assim de uma política de intervenção ampla que abarca todo o Centro Histórico de Porto Alegre, como o Projeto Monumenta e o Projeto Viva o Centro.

A área portuária da capital gaúcha é composto de (03) três trechos: Cais Mauá, Cais Navegantes e Cais Marcílio Dias; sendo que as atividades portuárias do Cais Mauá foram transferidas no ano de 2005 para o trecho Cais Navegantes. Algumas de suas construções fazem parte do arcabouço de bens patrimoniados, como seu Pórtico Central e Armazéns A e B tombados em 1983 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conjuntamente o Conselho Municipal do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (COMPHAC) tombou a sede da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e Armazéns A-1, A-2, A-3, A-4, A-5, B-1, B-2 e B-3, e no ano de 2004 o Armazém A-6.

Sendo assim, a proposta de “revitalização” do Cais Mauá procura agregar novos usos para este espaço e, colocar Porto Alegre no contexto de consumo cultural e concorrência intercidades, através da política de intervenção no Cais, onde a “concorrência intercidades diz respeito tanto à captação de investimentos como a fixação local de fluxos globais ou parcelas suas, como à produção de imagens próprias da cidade” (FORTUNA, 2001, p. 234). A concorrência intercidades, conforme Fortuna (2001) e Leite (2004), apresenta-se como uma estratégia que agrega os bens patrimoniais, passível de um consumo cultural, singulares a determinadas culturas, pois apresentam-se como representantes da história e memória local; com investimentos a fim de modernizar tal espaço e inseri-lo assim em um contexto globalizado, proporcionando a inserção deste na concorrência de mercado nacional e internacional.

Estudos sobre tais políticas, que combinam intervenções em áreas históricas buscando a requalificação do espaço urbano enquanto um espaço público vem tendo um crescente interesse pelas Ciências Sociais nas últimas décadas, como Zukin (1987), Harvey (1992), Frúgoli (2000), Featherstone (2001), Fortuna (2001), Leite (2004), Arantes (2009), Peixoto (2009), entre outros, principalmente pelos impactos e novos direcionamentos sociais a partir de tais intervenções.

Entende-se que, dentro do contexto que o Brasil encontra-se de preparação para a Copa do Mundo de 2014, procurando requalificar áreas, voltadas muitas vezes para o turismo que tal evento proporcionará, como também de “revitalizações” e construções visando uma melhor e necessária infraestrutura para abrigar os jogos e delegações, é importante às Ciências Sociais debruçar-se sobre os possíveis impactos socioespaciais, na tentativa de avaliar os benefícios que tais medidas proporcionarão à sociedade, seja antes, durante ou posterior aos jogos. É nesse sentido que compreende-se a relevância científica desta pesquisa, que visa apreender os processos de intervenção urbana e cultural em Porto Alegre, mais especificamente no Cais Mauá.

Este estudo está inserido dentro do contexto de análises dos processos de intervenções urbanas de áreas degradadas fisicamente e toma-se como objeto de análise a “revitalização” do Cais Mauá. Partindo desta problemática geral, esta pesquisa se assenta no entorno de um problema mais específico, a partir do momento que se coloca em uma posição intermediária entre, muitas vezes, a necessidade de políticas de intervenção urbana nestas áreas e seus impactos socioespaciais.

Por um lado, o imperativo de políticas de intervenção que reabilitem áreas degradadas fisicamente, que de acordo com Peixoto (2009), reparam e refuncionalizam o tecido urbano e o patrimônio histórico de modo sustentável, modelo contemplado a partir de políticas de intervenção, por exemplo: as intervenções ocorridas na cidade italiana de Bolonha na década de 1960 que possuem como premissa a função social do patrimônio. Conforme Arantes (2009), para ser sustentável a cidade deve articular os saberes práticos da vida social e reconhecê-los dentro dos projetos de planejamento urbano e conservação patrimonial.

Já por outro lado, temos os impactos que os processos de intervenções geram no tecido social, que dotam o patrimônio de uma nova função, de mercadoria a ser consumida, que provoca, como salienta Leite (2004), processos de exclusão social e empurra determinados grupos sociais para fora do eixo de intervenção, ou ainda quando tais intervenções não se integram à culturas locais, como chama a atenção Arantes (2009). Proporcionando, conforme Leite (2004) a construção socioespacial da diferença, onde os usos e contra-usos tendem em direção contrária das expectativas que as políticas de intervenção pretendem, “se constituem em contranarrativas em relação às concepções oficiais dos patrimônios e asseguram o caráter eminentemente político do espaço público” (LEITE, 2004, p. 29). Desta forma revela-se a dimensão contraditória das políticas de intervenções urbana e cultural, e este estudo pretende examinar as relações e reapropriações do Cais “revitalizado” com os grupos sociais que dele fazem parte neste processo.

No ano de 2005 as atividades portuárias do Cais Mauá foram transferidas para o Cais Navegantes e cria-se neste momento a “Comissão de Revitalização do Cais Mauá”, através do Decreto 47.730 de 06 de abril de 2005, a fim de realizar estudos que pudessem subsidiar as normas para a “revitalização”. No ano de 2007, através do Decreto 45.187 de 27 de julho de 2007, institui a comissão técnica de avaliação e seleção de estudos referentes ao projeto de “Revitalização do Cais Mauá”, como também abre prazo para a iniciativa privada, através da Manifestação de Interesse, para realizar estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica para a implementação e estruturação de tal projeto de intervenção. Depois da realização de estudos referente às possibilidades de “revitalização” do Cais Mauá é sancionada a Lei Complementar municipal nº 638 em 04 de março de 2010, estabelecendo assim as regras de utilização da área do Cais Mauá.

No mesmo ano é lançado o Edital nº 001/2010 de concorrência pública, na modalidade de arrendamento de área portuária, que aponta como objetivos promover a “revitalização” da área do Cais Mauá “para fins culturais, sociais, recreativos, comerciais, turístico, de lazer e entretenimento, no intuito de promover a revitalização de áreas portuárias degradadas, tecnologicamente obsoletas, conforme a Lei Federal nº 8.630/93” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Edital concorrência nº 001/2010, p. 41), tendo-se como vencedor de tal concorrência o Consórcio Cais Mauá.

O projeto vencedor intitulado “Um Porto Alegre” traz como objetivos a integração do Cais com a cidade de Porto Alegre, com intenção de torná-lo referência internacional, a fim de projetar uma imagem de cidade inovadora e integrante das tendências do mundo globalizado, e se define ainda como um mix de atividades “uma mistura, de usos e atividades urbanísticas sinérgicas, todas elas complementares e dinamizadoras do atual sistema urbano de Porto Alegre” (COSÓRCIO CAIS MAUÁ, [s.n.t.], p.4). A partir das diretrizes do edital de concorrência o projeto “Um Porto Alegre” se divide em três setores de intervenção:

- 1) Gasômetro – que abarcará as atividades comerciais, como a construção de um *shopping* a fim de conectar o Lago Guaíba ao centro de compras e a Praça Brigadeiro Sampaio;
- 2) Setor Armazéns – neste setor encontra-se os bens patrimoniados, que serão utilizados para atividades culturais, gastronômicas, de lazer e educação;
- 3) Docas –tem como objetivo a implementação de atividades empresariais, como a construção de torres que abrigará um hotel, centro empresarial e estacionamentos.

A proposta do projeto é criar um espaço moderno, mesclando aspectos da cultura local assentados na tradição, como os bens patrimoniados, com aspectos de uma urbanização globalizadora. Clanclini (2007) chama a atenção para este tipo de modernização, pois salienta que esta “é oferecida como espetáculo para aqueles que, a rigor, estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória com os *suvenirs* do que ainda não existe” (CANCLINI, 2007, p. 156).

Pois como salienta Borja e Castells (1997), a globalização é feita por uma elite e esta por sua vez procura satisfazer seus interesses elegendo centralidades urbanas específicas, “vende-se uma parte da cidade, enquanto o resto é abandonado e escondido” (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 185). A partir desta observação indaga-se para quem, para qual segmento da sociedade a “revitalização” é pensada, quais os interesses que estão postos? Como este processo de intervenção urbana e cultural tentará se legitimar perante os excluídos e quais serão estes?

Na década de 1970, como salienta Pesavento (1999) a cidade de Porto Alegre atinge seu primeiro milhão de habitantes e, concomitantemente, segundo Kruse (2011), há uma descentralização no centro da cidade através deslocamento empresarial, comercial e residencial para determinados pólos acompanhando as novas tendências, e novas centralidades passam a surgir, como a construção de centros empresariais, galerias, centros comerciais. *shoppings centers* e condomínios residenciais. Vale salientar que compreende-se por centralidade, corroborando com Frúgoli (2000), um espaço importante, com a capacidade de concentrar distintos grupos sociais e de impulsionar uma variedade de novos serviços e comércio.

Segundo Frúgoli (2001) o desenvolvimento das cidades e metrópoles implica no surgimento de novas áreas urbanas que por sua vez passam a competir com a área central. Entra em cena um jogo de força e poder e os grupos sociais com suas intenções, sejam estes moldados pelo interesse econômico e/ou cultural, definem como e de que forma serão formadas estas novas centralidades, o que provoca uma degradação física das antigas áreas centrais, que de acordo com Leite (2004) entende-se como a carência de investimentos públicos e privados, que antes convergiam para esta área, e que agora passam a concorrer com, conforme Frúgoli (2000) denomina, os “novos subcentros”, desencadeando assim uma subutilização de grande parte do sistema de infraestrutura ligado aos centros tradicionais.

De acordo com Leite (2004) as políticas de intervenção urbana e cultural apresentam como resultado uma “alteração da paisagem urbana, com a transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (LEITE, 2004, p.19). Nas últimas décadas ocorre um retorno de políticas urbanas para as áreas degradadas fisicamente e subutilizadas, onde os centros históricos tornam-se novamente centralidades, sendo estes locais alvos de políticas de enobrecimento, onde Leite (2004) chama a atenção para o retorno de olhares e investimentos público, privado, ou ainda a parceria público-privada, para os antigos centros urbanos.

Portanto, Leite (2004) coloca em discussão os processos de exclusão e reapropriações de espaços que normalmente tais intervenções urbanas proporcionam, pois estes novos espaços enobrecidos destinam-se a determinados grupos sociais que possuem as condições financeiras de usufruí-los. Esta alteração de paisagem urbana e a formação de uma centralidade, em espaços alvos de intervenções urbanas e culturais, proporcionam conseqüentemente, conforme Zukin (2000) a construção social de “paisagens de poder”, onde “a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos *sem poder* – ou seja, à construção social que escolhemos chamar de vernacular” (ZUKIN, 2000, p. 84).

Conforme Leite (2004) compreende-se por enobrecimento urbano, “formas de empreendimento econômico que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados” (LEITE, 2004, p. 61). A expressão enobrecimento é uma tradução do termo inglês *gentrification* e foi utilizado inicialmente pela socióloga Ruth Glass para explicar o processo de transformação por qual passava, na década de 1950, a degradada área central de Londres habitada por classes populares, passando a partir de então a receber grupos da classe média, segundo Souza (2008).

As intervenções urbanas derivadas do processo de enobrecimento, como salienta Leite (2004), em centros históricos, frequentemente segmentam economicamente e politicamente ruas e imediações e transformam o patrimônio cultural em mercadoria. Para o autor, estas políticas urbanas, que procuram tornar determinadas áreas, principalmente às de centros históricos atrativos, agregam a transformação do patrimônio cultural em algo a ser consumido.

As políticas de patrimônio, de acordo com Canclini (1997), refletem as desigualdades tanto na sua formação quanto na sua apropriação, e precisa ser estudado a partir da perspectiva de um espaço de lutas entre grupos da sociedade. Estão pautadas em interesses específicos de determinados segmentos da sociedade, pois “consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, quer dizer, para controlá-los melhor” (CANCLINI, 1997, p. 195).

Muitas vezes, através do enobrecimento urbano há uma união de interesses que para serem alcançados promovem uma intervenção no patrimônio tendo-o como uma mercadoria cultural, “partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre o Estado e iniciativa privada (...) cuja lógica altera o sentido público do lugar ao tornar o cidadão como *consumidor*” (LEITE, 2004, p. 21).

A escolha de determinados áreas para serem “revitalizadas”, como também dos bens que serão patrimoniados representam uma operação política. Sendo que qualquer operação sobre o patrimônio, segundo Canclini (1997) é uma metalinguagem, pois estas operações “não fazem com que as coisas falem delas, mas fala delas e sobre elas” (CANCLINI, 1997, p. 202).

Esta dimensão do cidadão agora enquanto um consumidor implica em uma problemática quanto ao uso do Cais pela população local, que vale ser analisado. O Cais Mauá, até 1971¹, encontrava-se integrado com o centro histórico, e a população porto-alegrense utilizava-se deste espaço para lazer, que incluía caminhadas, rodas de chimarrão com a família e amigos e, principalmente o apreciar do pôr do sol no Guaíba. Percebe-se que o Cais não resumia-se simplesmente a um espaço da cidade, mas sim um *espaço público*, que segundo Leite (2004) constitui-se pelas “práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço” (LEITE, 2004, p. 287), que é transformado em um *lugar* dotado de sentido, pois a população que dele utilizava-se espremia um sentimento de pertença aquele *lugar* e a cultura urbana. Desta forma entende-se por *lugar* “uma determinada demarcação física

¹ No ano de 1971 foi construído um muro para contenção das cheias do lago do Guaíba, isolando o Cais do restante da cidade, como também da população. O muro permanecerá no projeto de “revitalização”, porém será construído sobre ele uma cortina d’água e instalado luzes em toda sua extensão, a fim de transformá-lo em uma fonte luminosa linear.

e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 284).

Sendo assim indaga-se se os sentidos dados pelos sujeitos que outrora constituíam o Cais Mauá enquanto um *espaço público* e um *lugar* com seus usos sociais poderão ser observados neste Novo Cais Mauá “revitalizado”? Tal indagação, juntamente com as demais citadas acima e, com a análise do próprio projeto de “revitalização” dividido em três setores distintos, remete este estudo aos seguintes objetivos: 1) verificar se o processo de intervenção no Cais Mauá seguirá a orientação política de enobrecimento urbano; 2) analisar como se dará as relações e reapropriações deste espaço “revitalizado” com as singularidades de diversos grupos sociais que compõe a sociedade porto-alegrense. 3) E ainda, analisar como se dará a integração deste Cais “revitalizado” com o seu entorno, ou seja, com o Centro Histórico de Porto Alegre.

Como este estudo encontra-se em andamento e em sua fase inicial, pois o projeto de “revitalização” do Cais Mauá encontra-se em atraso (o que limita o andamento da pesquisa), ainda não obteve-se resultados, mas em análise sobre o processo de andamento do mesmo podemos observar um emaranhado de disputas políticas sobre este espaço.

Percebe-se preliminarmente que a política de intervenção no Cais Mauá é reflexo da tentativa de controle desta área por determinados grupos da sociedade e, apesar da narrativa que o novo Cais é “para todos”, o processo de intervenção poderá provocar uma segmentação econômica e cultural, tanto no Cais quanto no seu entorno, sendo que os usos sociais destes espaços são pensados por e para determinados grupos sociais e não a sociedade porto-alegrense como um todo, o que já é algo comum nos processos de intervenção.

Este ponto remete ao que Peixoto (2003) salienta sobre a dimensão entre a cidade imaginada e ensaiada dos projetos de intervenção urbana e, a cidade vivida. Portanto abre-se a possibilidade de pensar a “revitalização” do Cais Mauá a partir desta dimensão, entre o que foi idealizado pelos arquitetos e o que realmente acontecerá a partir dos usos e/ou contra-usos que a população dará a este espaço demudado.

Podemos pensar então que o Cais Mauá, imaginado e ensaiado pelo projeto de “revitalização”, poderá não ser o Cais Mauá vivido. Tendo em vista que durante os cinco anos de estudos realizados pela comissão de revitalização e a comissão técnica não contemplou-se a dimensão social de forma efetiva, que por sua vez esta inserida implícita ou explicitamente em tais processos de intervenção.

Referencias Bibliográficas

ARANTES, Antonio A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009. p. 11 – 24.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. Local y global: La gestión de las ciudades em la era de la información. Madri: United Nations for Human Settlements (Habitat)/Taurus, 1997.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CONSÓRCIO CAIS MAUÁ. Um Porto Alegre: conceituação geral. Projeto de revitalização Cais Mauá. [s.n.t].

DECRETO nº 47.730, 06 de abril de 2005.

DECRETO nº 45.187, 27 de julho de 2007.

FEATHERSTONE, Mike. Culturas globais e culturas locais. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oieras, Portugal: Celta, 2001. p. 83 – 103.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oieras, Portugal: Celta, 2001. p. 231 – 257.

_____. Cidade e urbanidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009. p. 83 – 97.

FRÚGOLI JR., Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, EDUSP, 2000.

_____. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.º 16, p. 51 – 66, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a04n16.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Edital de concorrência n.º 001/2010, de 08 de julho de 2010. Processo n.º 5212-2400/10-3.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KRUSE, Fabiana. *Intervenções em centros urbanos: o caso da antiga área portuária de Porto Alegre*. 2011. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) UFRGS, Porto Alegre.

LEI Complementar n.º 638 de 04 de março de 2010. Câmara Municipal de Porto Alegre.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.

_____; PEIXOTO, Paulo. O patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o Bairro do Recife e a zona histórica da Cidade do Porto. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/>. Acesso em 26 de maio de 2012.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: *Coloquio A cidade entre projectos e políticas*. Porto, Portugal. 2003. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2012.

_____. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs.). *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009. P. 41 – 52.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

SOUZA, Anita Silva de. *Projeto renascença: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970*. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional) UFRGS, Porto Alegre.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, California USA, vol. 13, 1987, p. 129 – 147. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/toc/soc/13/1?quickLinkVolume=1987>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____. Paisagens urbanas pós-modernas:mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.